

REVISTA DE
HISTÓRIA
DAS IDEIAS



A CULTURA DA NOBREZA

VOLUME 19, 1998

INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS
FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

HISTÓRIA DE UMA DESPOSSESSÃO A nobreza e os primeiros textos em galego-português**

O fascínio pela emergência do galego-português como língua escrita prendeu, nas últimas décadas, a atenção de historiadores e filólogos.

A clarificação do núcleo de textos não literários mais antigo, ensombrada pela existência de traduções galego-portuguesas tardias de originais latinos de finais do séc. XII, iniciou-se nos finais da década de cinquenta e inícios da seguinte⁽¹⁾, e concluiu-se em 1979, com a publicação de um importante estudo de Avelino de Jesus da Costa, onde este historiador procurava igualmente situar e contextualizar a produção da *Notícia de Torto* a partir dos esclarecimentos trazidos à biografia de Lourenço Fernandes da Cunha pela documen-

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** Este ensaio foi pensado na sequência de um convite da Professora Elvira Fidalgo, da Faculdade de Filologia da Universidade de Santiago, para participar num curso de Verão — programado para inícios de Julho de 1996, mas que acabou por não se concretizar — sobre o nascimento da literatura galega.

1) Avelino de Jesus da Costa, "Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico", in *Estudos de Cronologia, Diplomática, Paleografia e Histórico-Linguísticos*, Porto, Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 1992, pp. 173-177; L. F. Lindley Cintra, "Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie", *Revue de Linguistique Romane*, t. XXVII, 1963, pp. 49-50.

tação do mosteiro de Vairão⁽²⁾. Paralelamente, afirmava-se a necessidade de edição crítica do mesmo texto — que apresentava evidentes dificuldades de leitura em virtude da sua condição de rascunho —, tarefa que tem prosseguido nos últimos anos⁽³⁾.

Do lado dos textos literários, a definição das primeiras composições trovadorescas — pois era no âmbito da canção trovadoresca que estes textos apresentavam maior antiguidade — não beneficiou, comparativamente, de desenvolvimentos tão seguros.

A razão deste desfasamento poderá procurar-se, antes de mais, nas próprias condições de preservação do legado cultural dos trovadores e jograis do ocidente peninsular, do qual sobreviveu quase tão somente o conjunto de composições integrado nos grandes cancioneiros colectivos organizados a partir da segunda metade do séc. XIII⁽⁴⁾. Acresce, por outro lado, quanto à possibilidade de situar cronologicamente a produção dos primeiros cantares, a inexistência, em particular para as "cantigas de amor" e para as "cantigas de amigo", de quaisquer elementos tendentes a um estabelecimento minimamente rigoroso da data dessa produção.

Mas deve igualmente assinalar-se que, dependentes, por um lado, de algumas hipóteses menos consistentes avançadas nos inícios deste século por Carolina Michaëlis quanto à cronologia das primeiras composições trovadorescas⁽⁵⁾, os investigadores continuaram

(2) A. de Jesus da Costa, "Os mais antigos documentos...", pp. 169-256 (utilizamos a reedição actualizada deste estudo publicada na obra citada na nt. anterior).

(3) *Idem, ibidem*, pp. 212-213, para o elenco das respectivas edições. Mais recentemente o mesmo texto foi submetido à leitura paleográfica de Susana Maria de Figueiredo Tavares Pedro, *De noticia de torto*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1994 (policopiado).

(4) Estes cancioneiros são representados hoje pelo *Cancioneiro da Ajuda*, pelo *Cancioneiro da Biblioteca Nacional* e pelo *Cancioneiro da Vaticana*, tendo os dois últimos sido copiados em Itália já no séc. XVI. Sobre a especificidade da tradição manuscrita trovadoresca galego-portuguesa veja-se Giuseppe Tavani, *A poesia lírica galego-portuguesa*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1990, pp. 57-87, e, mais recentemente, António Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo Trovadoresco. A estrutura dos cancioneiros peninsulares e as recolhas dos séculos XIII e XIV*, Lisboa, Edições Colibri, 1994, pp. 15-30 e caps. 8 e 9.

(5) Carolina Michaëlis de Vasconcelos, *Cancioneiro da Ajuda*, II, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda (reimpressão da ed. de 1904), 1990, em particular pp. 591-595 e 755 e ss.

sensíveis, por outro lado, a uma pretensa anterioridade da cantiga de amigo em relação às restantes composições, anterioridade que os levava a admitir como período genético deste género poético-musical o séc. XII, em ligação com um meio culturalmente muito activo como o era Santiago de Compostela, ou mesmo com a corte de D. Afonso VII, rei criado na Galiza pelos Travas⁽⁶⁾.

A especificidade dos problemas levantados por estes textos, debatidos sobretudo por filólogos e historiadores da literatura, aliada à persistência das dúvidas quanto ao estabelecimento das primeiras composições e sua cronologia, contribuíram, sem dúvida, para que eles não fossem integrados numa discussão mais alargada sobre a génese da escrita galego-portuguesa, tanto mais que, do lado de uma historiografia marcada pela problemática institucional e jurídica ou pelas novas tendências da história económica e social, a documentação de carácter cultural ocupava um lugar secundário, senão desprezível. Divisão de campos do saber, divisão de fontes. Razão suplementar para compreendermos a divisão de competências que imperou, ou seja, o tratamento em separado dos primeiros **documentos** e dos primeiros **textos literários** em galego-português.

Do lado da historiografia, esta divisão de tarefas é, hoje, menos justificável. Na senda da chamada história das mentalidades, a autonomização de uma história da cultura atenta aos fenómenos culturais numa perspectiva menos institucional do que a velha história das ideias abriu a sensibilidade do medievalista para a importância dos textos literários enquanto manifestação das formas de pensar e agir de uma elite laica cujo estudo se confinara, sobretudo, à sua intervenção militar e política e à sua hierarquização interna e enquadramento no contexto da sociedade medieval.

No campo trovadoresco, a intervenção do historiador permitiu, nos últimos anos, precisar o núcleo das composições mais antigas e a respectiva cronologia, ao mesmo tempo que, num contexto mais geral e com o apoio da história social, viabilizava uma mais clara definição

(6) Cf. Giuseppe Tavani, *ob. cit.*, pp. 30-43; Mercedes Brea, "A voltas con Raimbaut de Vaqueiras e as orixes da lirica galego-portuguesa", in *Estúdios Galegos en Homenaxe ó Profesor Giuseppe Tavani*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia/Centro de Investigacións Lingüísticas e Literárias Ramón Pineiro, 1994, pp. 45-52.

das diferentes gerações de compositores do ocidente peninsular e dos círculos cortesãos em que se movimentaram⁽⁷⁾. E foi neste novo cenário que se tornou possível reavaliar a evolução dos diferentes géneros poético-musicais, perspectivando a cantiga de amigo como o resultado prático de um necessário alargamento da temática amorosa num momento em que a cantiga de amor se mostrava já incapaz de dar corpo, na sua forma primitiva, aos anseios do meio social que a adoptara⁽⁸⁾.

Uma vez definida a cronologia de algumas das primeiras composições, a ausência dos respectivos originais não deve constituir um óbice à sua integração na tentativa de enquadramento histórico dos primeiros textos galego-portugueses. Sem a sua existência, ou sem a existência de cópias coevas, seria impensável, desde logo, a organização dos cancioneiros. Mas a necessidade da utilização da escrita em contexto trovadoresco, quer no acto da feitura das composições, quer em ligação com a sua circulação, tem sido admitida a partir de factores mais consistentes, de carácter literário⁽⁹⁾.

(7) A. Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo...*; *Idem, Trovadores e Xograros. Contexto histórico*, Vigo, Edicións Xerais de Galicia, 1995.

(8) A. Resende de Oliveira e José Carlos Ribeiro Miranda, "A segunda geração de trovadores galego-portugueses: temas, formas e realidades", in *Medioevo y Literatura. Actas del V Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*, vol. III, Granada, 1995, pp. 499-512; J. C. Ribeiro Miranda, *Calheiros, Sandim e Bonaval: uma rapsódia de amigo*, Porto, 1994; *Idem, Le surgissement de la culture troubadouresque dans l'occident de la Péninsule Ibérique IL Les genres, les thèmes et les formes* (a publicar em *Le Rayonnement des Troubadours*, actas do colóquio da Associação Internacional de Estudos Occitânicos realizado em Amsterdão entre 16 e 18 de Outubro de 1995).

(9) "[•••] pour les chansons des troubadours en général on peut supposer sans aucune réserve une rédaction écrite: probablement sur un tableau de cire permettant des corrections: ce n'est que lorsqu'elle était finie que la chanson était copiée sur le parchemin. La genèse du texte lyrique — contrairement peut-être à celle du texte épique — ainsi que la genèse de la mélodie ne peut se concevoir autrement dans le cadre de l'art de la poésie troubadouresque, art particulièrement difficile et exigeant sur le plan formel et technique" (Dietmar Rieger, "Audition et lecture dans le domaine de la poésie troubadouresque. Quelques réflexions sur la philologie provençale de demain", *Revue des Langues Romanes*, LXXXVII, 1983, p. 78). Para o contexto português retenha-se a mesma conclusão em G. Tavani, *ob. cit.*, p. 70. No início da *Vita Coetanea*, Ramón Llull é-nos apresentado no processo de

Se estas considerações, e os esclarecimentos introduzidos recentemente, justificam não só um regresso aos primeiros textos em galego-português, mas também uma sua abordagem histórico-cultural mais globalizante que permita discernir as razões da afirmação da escrita em ligação com o meio social que a impulsionou, tal não significa que as dificuldades respeitantes à identificação dos textos literários mais antigos estejam todas elas solucionadas. Lidando com composições de onde estão ausentes as marcas temporais da sua produção, será certamente impossível chegar a conclusões rigorosas sobre a sua sequência cronológica e mesmo sobre o conjunto de textos que poderiam ou deveriam ser integrados nesta discussão. Este facto, porém, não se reveste de particular relevância no quadro da pesquisa que pretendemos levar a cabo. Perante um grupo de composições temática e formalmente tão afins, as conclusões a retirar não seriam substancialmente diferentes daquelas a que nos conduzirão os textos por nós escolhidos. Mas se, no plano do conteúdo destes textos, a selecção que apresentamos poderá ser considerada representativa das estratégias discursivas que se jogam nas composições dos primeiros trovadores, já não o será talvez no que diz respeito à geografia da produção dos primeiros textos.

Tocamos aqui um elemento que poderá sofrer alguns reajustamentos no futuro, caso se concretize uma maior precisão na cronologia de composições de alguns trovadores galegos documentados já no primeiro quartel do séc. XIII ou ao longo da década de vinte do mesmo século. Por outras palavras, pertencendo os textos até agora datados como mais antigos a trovadores portugueses, não é ainda seguro que devam associar os primeiros textos galego-portugueses a uma eventual primazia de alguns meios cortesãos do sul do Minho sobre idênticos meios situados em território galego. Neste domínio teremos ainda de aguardar uma clarificação da biografia dos primeiros autores galegos, de modo a podermos ter pontos de apoio mais firmes sobre os diferentes círculos ligados à elaboração dos mais antigos textos em galego-português.

Resta a questão da cronologia a escolher nesta investigação.

Do ponto de vista dos textos não literários, a escolha do

composição de uma cantiga amorosa, confirmando-se, com um exemplo peninsular, a importância da escrita no acto de produção da canção trovadoresca.

primeiro quartel do séc. XIII não oferecerá grandes dúvidas. É de facto neste período que surgem os dois documentos mais antigos, e será necessário esperar pela segunda metade do mesmo século para assistirmos a um novo impulso na utilização do galego-português ao nível da escrita⁽¹⁰⁾. Mas, por volta de 1250, esta língua conheceu já uma utilização escrita muito significativa em âmbito literário, com a produção de centenas de composições trovadorescas. E pouco depois compunha-se, na corte castelhana de Afonso X, a primeira versão do cancionero mariano que ficaria conhecido como *Cantigas de Santa Maria*⁽¹¹⁾. Estas referências indiciam claramente um mais precoce manuseamento da escrita em ligação com os meios literários. Apesar disso, como a feitura das primeiras composições se situa entre os últimos anos do séc. XII e o final do primeiro quartel do séc. XIII, pensamos que não será necessário alterar em muito a cronologia proposta para os textos não literários. Tanto mais quanto a passagem para o segundo quartel do séc. XIII, com o aparecimento de uma nova geração trovadoresca, corresponde, de algum modo, a um aumento significativo do número de autores e, conseqüentemente, da produção escrita ligada a esta manifestação cultural⁽¹²⁾.

A apresentação dos primeiros textos e seu enquadramento justificarão, em última análise, a pertinência da cronologia proposta.

1. *Tempos, espaços, produção*

A datação dos primeiros textos trovadorescos esteve, durante algumas décadas, dependente das pesquisas efectuadas nos inícios

⁽¹⁰⁾ Na Galiza, esta utilização parece impor-se nos anos que circundam 1250, mas com a nova língua a insinuar-se progressivamente em alguns textos latinos do segundo quartel do século. Cf. L. F. Lindley Cintra, *ob. cit.*, p. 48; Xosé Filgueira Valverde, "O Galego escrito, entre o latin e o castelan, no medioevo", in *Tradicón, actualidade e futuro do galego. Actas do coloquio de Tréveris*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela/Edicións Xerais de Galicia, 1982, pp. 127-130; Manuel Lucas Alvarez, "Paleografia gallega. Estado de la cuestión", *Anuário de estudos medievales*, 21, 1991, p. 458.

⁽¹¹⁾ Walter Mettmann, *Alfonso X el Sabio, Cantigas de Santa Maria (cantigas 1 a 100)*, I, Madrid, Castália, 1986, pp. 21-24.

⁽¹²⁾ A. Resende de Oliveira e J. C. Ribeiro Miranda, "A segunda geração..."; A. Resende de Oliveira, *Trovadores e Xogrades...*, pp. 68-75.

deste século por Carolina Michaëlis com o intuito de situar a obra dos autores do *Cancioneiro da Ajuda*⁽¹³⁾.

De acordo com os resultados alcançados por esta investigadora, a composição mais antiga preservada pelos cancioneiros teria sido *No mundo nom me sei parelha*, de Paio Soares de Taveirós, composição por ela situada em 1189 ou em 1198 com base na identificação da "filha de dom Paai Moniz" nela mencionada com Maria Pais Ribeira, e do respectivo autor como membro da linhagem portuguesa dos Velhos, sobre o qual, no entanto, nada conseguiu apurar⁽¹⁴⁾. Ter-se-lhe-ia seguido, em 1199, *Ay eu coitada*, composição por ela atribuída a D. Sancho I, de acordo com a leitura que fez da rubrica que antecede a composição em B e com as alusões à Guarda presentes no respectivo refrão⁽¹⁵⁾. As duas composições seguintes teriam sido *Tu que ora vees de Monte-maior*, de Gil Sanches, e *Ora faz ost' o senhor de Navarra*, de João Soares de Paiva, cantares situados pela mesma investigadora em, respectivamente, 1211 e 1213⁽¹⁶⁾.

Passado quase um século sobre o contributo de Carolina Michaëlis, e apesar de algumas sínteses recentes continuarem a mencionar este núcleo de composições quando se referem à génese da canção trovadoresca galego-portuguesa⁽¹⁷⁾, podemos dizer que as cronologias propostas foram, de algum modo, subvertidas. Os textos considerados mais antigos foram integrados no segundo quartel do séc. XIII, enquanto *Ora faz ost' o senhor de Navarra*, precisamente a última das composições acima referidas, ganhava honras de iniciadora da produção trovadoresca em galego-português, e mesmo de primeiro texto escrito nesta língua.

(13) C. Michaëlis de Vasconcelos, *ob. cit.*, vol. II.

(14) *Idem, ibidem*, pp. 307-321 e 592-593.

(15) *Idem, ibidem*, pp. 593-595. Deve registar-se, todavia, a preocupação da autora em salientar o carácter hipotético desta atribuição ao inserir, em três linhas consecutivas, as expressões modalizadoras "parece", "se não me engano" e "provavelmente" (cf. p. 593).

H *Idem, ibidem*, pp. 527-529, 565-570 e 591-592.

(17) Cf. Pilar Vásquez Cuesta, "Literatura Gallega", in José María Diez Borque (dir.), *Historia de las Literaturas Hispánicas no Castellanas*, Madrid, Taurus, 1980, p. 633; Elsa Gonçalves e Maria Ana Ramos, *A Lírica Galego-Portuguesa*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1983, p. 30; Xosé Ramón Pena, *Literatura Galega Medieval I. A Historia*, Santiago de Compostela, Sotelo Blanco, 1990, pp. 19-20.

O recuo da composição de Paiva para os finais do século XII, concretamente para 1196, foi proposto, ainda na década de vinte deste século, por López-Aydillo⁽¹⁸⁾. Aceite progressivamente pela crítica, a nova datação da sátira do trovador português ao rei de Navarra somente foi contestada, em 1987, por Carlos Alvar — em estudo onde procurou justificar o avanço da sua produção para 1200-1201 ⁽¹⁹⁾ —, proposta que não beneficiou, no entanto, do assentimento unânime dos meios académicos⁽²⁰⁾.

A recontextualização da composição atribuída a D. Sancho I e da composição de Paio Soares verificou-se nas duas décadas posteriores, com graus de aceitação diferentes por parte dos investigadores. A hipótese da atribuição de *Ay eu coitada* a D. Sancho I, lançada com alguma contenção, como vimos⁽²¹⁾, por Carolina Michaëlis, foi posta em causa por Silvio Pellegrini em 1935, ao propor D. Afonso X como seu autor, a partir da reinterpretação de uma das rubricas que a antecede e de uma nova leitura do termo "guarda" ⁽²²⁾. Esta nova atribuição, feita de acordo, aliás, com uma outra rubrica que antecede imediatamente a composição, dar-lhe-ia como período mais recuado da sua feitura os últimos anos da década de trinta do séc. XIII, altura em que o infante D. Afonso atingia a idade adulta. Mais bem fundamentada do que a proposta de Carolina Michaëlis, e mais concordante com o que sabemos hoje sobre as circunstâncias históricas do desenvolvimento da canção trovadoresca, poderemos mesmo aventar como data bastante plausível para a sua redacção — mantendo-nos dentro da identificação do termo "Guarda" como topónimo avançada por Carolina Michaëlis — o inverno de 1246-1247, altura em que o então infante D. Afonso passou pela região da

(18) Eugenio López-Aydillo, "Los cancioneros gallego-portugueses como fuentes históricas", *Revue Hispanique*, LVII, n° 132,1923, pp. 351-357.

(19) Carlos Alvar, "Johan Soárez de Pavha 'Ora faz ost'o Senhor de Navarra'", in *Philologia Hispaniensa in honorem Manuel Alvar*, III, Madrid, Gredos, 1987, pp. 9-10.

(20) J. C. Ribeiro Miranda, "João Soares de Paiva e o rei de Navarra. Para a leitura do cantar *Ora faz ost'o senhor de Navarra* ", in *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, 1997, pp. 321-328.

(21) *Vide supra* nt. 15.

(22) Silvio Pellegrini, "Saneio I o Alfonso X?", in *Studi su trove e trovatore della prime lirica ispano-portoghese*, Bari, Adriatica Editrice, 1959², pp. 78-93.

Guarda na incursão efectuada em território português em apoio de D. Sancho II⁽²³⁾.

No mesmo sentido, o deslocamento da composição de Paio Soares para o segundo quartel do séc. XIII⁽²⁴⁾, equacionado por Costa Pimpão no quadro do relacionamento deste autor com Martim Soares, um trovador português particularmente activo na década de quarenta do mesmo século, é mais condizente com os esclarecimentos trazidos mais recentemente à biografia de Paio Soares⁽⁵⁾). Quanto à composição de Gil Sanches, a clarificação da sua biografia permitiu igualmente precisar a cronologia do único cantar que nos deixou, com a sua integração no contexto da concórdia celebrada em Coimbra entre D. Afonso II e suas irmãs em 1223⁽²⁶⁾. E na mesma data situámos recentemente a feitura de *Pois non ei de dona Elvira*, que atribuíamos

(23) Sobre esta incursão veja-se José Mattoso, "As relações de Portugal com Castela no reinado de Afonso X, o Sábio", in *Fragmentos de uma composição medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1987, pp. 80-84. Alguns investigadores, sem terem contraposto à argumentação de Pellegrini elementos mais consistentes a favor de D. Sancho I, e esquecendo as próprias cautelas com que Carolina Michaëlis avançara com a hipótese, parecem ter demorado a acomodar-se a esta nova atribuição que retirava a D. Sancho I a primazia na definição do género "cantiga de amigo". Cf. Álvaro Júlio da Costa Pimpão, *História da Literatura Portuguesa. Idade Média*, Coimbra, Atlântida Editora, 1959², p. III; P. Vásquez Cuesta, *ob. cit.*, p. 633; E. Gonçalves e M. Ana Ramos, *ob. cit.*, pp. 17-18.

(24) Sobre os problemas de autoria em que esta composição foi envolvida e sobre a sua atribuição a Paio Soares veja-se M. Ana Ramos, "O retorno da Guarvaia ao Paay", *Cultura Neolatina*, XLVI, 1986, pp. 161-175.

(25) A. Resende de Oliveira, "A cultura trovadoresca no ocidente peninsular: trovadores e jograis galegos", *Biblos*, LXIII, 1987, pp. 18 e 21; Gema Vallin, "Pai Soarez de Taveirós: datos biográficos", in *Literatura Medieval. Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, III, Lisboa, Cosmos, 1993, pp. 39-42. Deve igualmente referir-se que a identificação deste autor como membro de uma linhagem da pequena nobreza galega lhe retira a ligação familiar a Maria Pais Ribeira admitida por Carolina Michaëlis no contexto da sua integração na linhagem portuguesa dos Velhos, elemento que constituiu um dos apoios da investigadora na tentativa de situar a composição nos finais do séc. XII.

(26) A. Resende de Oliveira, "Gil Sanchez", in Giulia Lanciani e Guiseppe Tavani (dir.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, Lisboa, Caminho, 1993, p. 296.

já a Rui Gomes de Briteiros com base na análise crítica da sua colocação nos cancioneiros⁽²⁷⁾.

Conhecido o ano ou as circunstâncias em que foram produzidos os restantes documentos em galego-português dos inícios do séc. XIII, o maior rigor introduzido no âmbito dos primeiros textos literários viabiliza o agrupamento do conjunto dos textos em estudo à volta de três datas seminais para a constituição de um registo escrito da língua novilatina falada no ocidente peninsular: 1196, 1214 e 1223. Aproveitá-las-emos para organizar uma primeira abordagem dos textos na perspectiva de nos aproximarmos das circunstâncias históricas que marcaram a sua confecção.

À volta de 1196. Não constituirá já novidade alguma situar a génese do galego-português, enquanto escrita, em regiões onde esta língua não era falada⁽²⁸⁾.

O primeiro indicador nesse sentido é precisamente o texto mais antigo que conhecemos, a composição *Ora faz ost' o senhor de Navarra*, do trovador João Soares de Paiva. Apesar da naturalidade portuguesa do autor⁽²⁹⁾, os acontecimentos militares satirizados no seu cantar,

(27) A. Resende de Oliveira, "Arqueologia do mecenato trovadoresco em Portugal", in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 4, Guimarães, 1997, pp. 321-323; A. Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo...*, pp. 50-52, 67-68 e 87-88. Preservada pelo *Cancioneiro da Ajuda*, onde não há indicações de autoria, e pelo *Cancioneiro da Biblioteca Nacional*, que a associa a Martim Soares, *Pois non ei de dona Elvira* foi atribuída por C. Michaëlis a um "Desconhecido I: talvez Ruy Gomes de Briteiros" (a partir do conteúdo da própria composição) e integrada mais tarde na obra de Martim Soares por Valeria Pizzorusso. Cf. C. Michaëlis de Vasconcelos, *ob. cit.*, pp. 336-339 e V. Bertolucci Pizzorusso, *Le poesie di Martin Soares*, Bologna, 1963. Os seus mais recentes editores não foram sensíveis à argumentação por nós desenvolvida no sentido da sua devolução a Rui Gomes de Briteiros. Cf. Mercedes Brea (dir.), *Lírica Profana Galego-Portuguesa*, 2 vols., Santiago de Compostela, Xunta de Galicia /Centro de Investigacións Lingüísticas e Literárias Ramón Pineiro, 1996, p. 23 (nº 157,43bis).

(28) A. Resende de Oliveira, "A caminho da Galiza. Sobre as primeiras composições em galego-português", in *O Cantar dos Trovadores. Actas do Congreso celebrado en Santiago de Compostela entre os dias 26 e 29 de abril de 1993*, Santiago de Compostela, Xunta de Galicia, 1993, pp. 249-261.

(29) O último contributo para o esclarecimento da biografia deste trovador pertence a J. C. Ribeiro Miranda, "João Soares de Paiva: perfil histórico do

bem como a rubrica que o antecede nos cancioneiros⁽³⁰⁾, indicam-nos a sua ligação directa ao conflito narrado e a sua estada próximo da região onde ele ocorria, isto é, na fronteira navarro-aragonesa. Mas, pela mesma altura, uma segunda composição, produzida igualmente longe do território galego-português, utilizava, embora mais episodicamente, o galego-português. O seu autor, o trovador provençal Raimbaut de Vaqueiras, socorreu-se, na verdade, desta e de mais quatro línguas para construir o seu famoso descordo plurilingue *Eras quan vey verdeyar*⁽³¹⁾. Composto em 1199 ou em 1203, as duas datas sugeridas mais recentemente para a sua feitura, este descordo afastar-nos-ia ainda mais do ocidente peninsular pois não se conhece, por esta altura ou noutro momento da sua vida, qualquer viagem de Vaqueiras à Península.

Se a utilização do galego-português por Paiva, dada a sua naturalidade, não levanta nenhuma perplexidade, o mesmo não poderemos dizer do seu manuseamento por Vaqueiras. Não cremos, no entanto, que o conhecimento que este trovador provençal parecia revelar daquela língua se tenha ficado a dever a um qualquer eco da importância que ela teria já a nível literário⁽³²⁾. Na realidade, não temos nenhuma indicação, directa ou indirecta, de que no ocidente peninsular, pelos finais do séc. XII, se assistisse a uma alteração cultural desencadeadora de uma grande projecção literária do galego-português. E, sem este suporte cultural, teremos de pensar em contactos de Vaqueiras com círculos portugueses ou galegos — verificados no sul de França ou no norte de Itália, as únicas regiões que sabemos calcoreadas até então por Vaqueiras — contactos esses

primeiro trovador em galego-português", in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 5, Guimarães, 1997, pp. 7-16.

⁽³⁰⁾ Vide *infra* nt. 53.

⁽³¹⁾ Veja-se a ed. de Ariel Castro, *O Descordo Plurilingüe de Raimbaut de Vaqueiras*, Rio de Janeiro, Ed. do autor, 1995, obra que traça igualmente a história dos estudos da composição e procura situá-la no seu contexto histórico-cultural. G. Tavani, "El galleg de Raimbaut de Vaqueiras", *Cuadernos de Filología Românica*, I, 1989, pp. 11-23, reproduz as eds. mais recentes da estrofe em galego-português.

⁽³²⁾ Para uma posição contrária veja-se G. Tavani, "Accordi e disaccordi sul discordo plurilingue di Raimbaut de Vaqueiras", *Romanica Vulgaria*, 10/11 (Studi provenzali e francesi 86/87), pp. 5-44, e Mercedes Brea, "A voltas con Raimbaut de Vaqueiras...", pp. 52-56.

que, em circunstâncias conjunturais de algum relevo, propiciassem a visibilidade literária daquela língua peninsular.

Depois das pesquisas de Ariel de Castro, sabemos que esses contactos existiram de facto, e num contexto de grande azáfama militar que conduziria à Quarta Cruzada⁽³³⁾. Com efeito, nos inícios do séc. XIII, Bonifácio de Monferrato, o magnate italiano protector de Vaqueiras, assumia a chefia da operação, pela mesma altura em que o grão-mestrado da Ordem do Hospital, uma Ordem que participou activamente na empresa, era ocupado por D. Afonso de Portugal, personagem identificada pelo investigador brasileiro com o infante Fernando Afonso, bastardo de D. Afonso Henriques. A conjuntura político-militar vivida no sul de França e no norte de Itália nos últimos anos do séc. XII e nos inícios do século seguinte, e onde emergia a figura de D. Afonso de Portugal, parecia, assim, sobrepor-se a razões de ordem literária na elevação que Vaqueiras reservava ao galego-português⁽⁴⁾.

Esta passagem por Vaqueiras ajuda-nos, por outro lado, a detectar o contexto cultural subjacente à emergência do galego-português ao nível da escrita. Tratando-se de duas situações que denotam alguma disparidade, como vimos, o enquadramento de Paiva e de Vaqueiras não deixa de revelar, no entanto, um alicerce cultural comum: a proximidade, em ambos os casos, da presença provençal. Tão forte no último caso que competirá precisamente a um autor provençal — pressionado, é certo, pelo contexto político-militar do momento — a tarefa de dar visibilidade literária a uma língua que não a adquirira ainda, tanto quanto o sabemos, de um modo consistente. Mas essa presença não seria menos marcante no caso de Paiva. Ele situava-se, com efeito, numa das zonas mais visitadas pelos trovadores e jograis provençais a partir do momento em que, pelos meados do séc. XII, eles começaram a demandar algumas cortes régias do norte peninsular. Pelos finais do mesmo século, a canção trovadoresca provençal, ultrapassando os círculos régios, dera origem

⁽³³⁾ José Ariel Castro, "Afonso de Portugal, 11º Grão-Mestre da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém, e o século XII português", in *Actas do Terceiro Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Coimbra, 1992, pp. 819-857.

⁽³⁴⁾ Sobre o contexto histórico da produção da composição de Vaqueiras veja-se igualmente G. Tavani, "Accordi e disaccordi...".

já a um processo de imitação iniciado por alguns meios nobiliárquicos aragoneses, enquanto os autores provençais estendiam a sua acção em âmbito senhorial castelhano, nomeadamente junto das cortes de Haros, Laras e Cameros⁽³⁵⁾. Será desta última corte, situada junto da fronteira navarro-aragonesa, que sairá um dos primeiros trovadores que terá composto em galego-português, o magnate castelhano D. Rodrigo Dias dos Cameros⁽³⁶⁾, magnate cuja mãe pertencia à poderosa linhagem galega dos Travas, e que poderá ter contribuído para o acolhimento que esta linhagem prestará pouco depois ao meio trovadoresco galego-português.

À volta de 1214. Por esta altura, não eram ainda muito perceptíveis, no ocidente peninsular, os vestígios da influência provençal nos meios galego-portugueses. Talvez a imprecisão da imagem que podemos ter relativamente a esta influência se deva tão somente ao facto de não terem chegado até nós algumas composições de autores documentados no primeiro quartel do séc. XIII — como o já mencionado Rodrigo Dias dos Cameros, ou Pero Rodrigues da Palmeira, entre outros — ou, como já assinalámos, às dificuldades de datação de composições preservadas pelos cancioneiros. Como quer que seja, a manutenção do interesse dos autores galego-portugueses para com o legado provençal só se confirma por volta de 1215 com a composição de Garcia Mendes de Eixo. Como ela nos mostra este magnate da linhagem dos Sousas saudoso da região onde nascera, e como seu irmão Gonçalo Mendes se afastara para Leão após a morte de D. Sancho I, é muito provável que Garcia Mendes o tenha acompanhado no seu périplo leonês e aí tenha composto *Ala u nazque la Torona*, a composição em causa.

Ao situar-se fora dos territórios português e galego, este trovador, apesar de a sua composição ter sido redigida em língua occitânica, reproduzia, no primeiro quartel do séc. XIII, as condições de emergência dos primeiros textos em galego-português, feitos, como

⁽³⁵⁾ Carlos Alvar, *La poesia trovadoresca en Espana y Portugal*, Madrid, Cupsa Editorial, 1977, cap. VI; A. Resende de Oliveira, "A caminho da Galiza...".

⁽³⁶⁾ Embora a sua obra não tenha sido preservada, o facto de ter sido acolhida nos cancioneiros e de a língua materna deste magnate ser o galego-português apontam claramente nesse sentido.

vimos, bem longe do ocidente peninsular. Mas, manifestando uma aproximação significativa à geografia da língua em estudo, ele anunciava, de algum modo, a expansão a que iria ser submetido o fenómeno trovadoresco na Península a partir dos inícios do séc. XIII. O seu resultado final seria, sabemos-lo, a ocidentalização dessa prática cultural, através da afirmação do galego-português, no segundo quartel do século, no âmbito do mesmo movimento cultural e em ligação com alguns meios senhoriais da Galiza e de Portugal⁽³⁷⁾.

Este processo de ocidentalização do canto trovadoresco começara a ser preparado desde os primeiros anos do séc. XIII graças ao novo papel desempenhado pela corte leonesa como centro aberto à trajectória dos trovadores e jograis provençais que circulavam pelo norte peninsular. E terá sido certamente neste contexto, em contacto directo ou indirecto com os autores que passaram por essa corte, que Garcia Mendes produziu o seu cantar. Fê-lo precisamente na língua utilizada por esses autores, isto é, em occitânico, razão pela qual este autor é habitualmente esquecido na discussão sobre os primeiros textos em galego-português. Pensamos, no entanto, que o manuseamento do occitânico por Eixo, revelando é certo o impacto da presença provençal — impacto este visível também em Paiva, que não deixou de empregar, por isso, o galego-português — manifesta igualmente a ainda deficiente assunção literária desta língua, confirmando assim o carácter conjuntural da sua utilização por parte de Vaqueiras. Deste modo, sendo menos importante no quadro da génese da literatura galego-portuguesa, o cantar de Garcia Mendes revela, porém, junto dos laicos, e concretamente no meio nobiliárquico, um interesse crescente pela escrita como forma de dar visibilidade, de dominar ou de exorcizar os problemas com que este meio se debatia.

Este interesse é particularmente evidente no segundo dos dois primeiros textos em prosa que chegaram até nós e que foram produzidos sensivelmente pela mesma altura: o testamento de D. Afonso II e a *Notícia de Torto*.

Destes dois textos, o testamento de D. Afonso II é o único que

⁽³⁷⁾ A. Resende de Oliveira e J. C. Ribeiro Miranda, "A segunda geração..!/. Os primeiros indicadores da implantação da canção trovadoresca em Portugal foram contextualizados em A. Resende de Oliveira, "Arqueologia do mecenato...".

podemos datar com segurança: foi redigido em 27 de Junho de 1214, numa altura em que a corte se encontrava em Coimbra. Feito quando o monarca português contava apenas 28 anos de idade, essa feita tem sido associada a um eventual período mais crítico da prolongada doença que o atormentava e da qual haveria de morrer cerca de nove anos depois. A singularidade da utilização do galego-português neste documento tem sido igualmente salientada pelos investigadores que sobre ele se têm debruçado, dado que será necessário esperar por 1255 para detectarmos um início mais afirmativo do uso da nova língua por parte da chancelaria régia. A sugestiva proposta de ligação do evento à política de centralização encetada pelo monarca após a sua subida ao trono — no quadro de uma afirmação linguística da "diferença que opunha a autoridade temporal à espiritual"⁽³⁸⁾ —, mereceria certamente uma maior credibilidade caso não pudéssemos invocar a situação singular do texto acabada de mencionar, isto é, caso o testamento tivesse constituído de facto o arranque da utilização do galego-português no âmbito da corte régia. Ora, para além do testamento, o interesse régio na afirmação da língua vulgar apenas poderá ser equacionado para o conjunto de leis saídas das cortes de Coimbra de 1211, mas cuja transmissão tardia inviabiliza, no entanto, qualquer tomada de posição segura sobre o assunto⁽³⁹⁾.

Sem elementos credíveis que nos possam indicar as razões da opção do monarca, se é que é a ele que se deve imputar tal determinação, limitámo-nos a assinalar que o testamento foi produzido num contexto político marcado pelo conflito armado que opôs o rei às suas irmãs, as infantas D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda. Originado na interpretação senhorial por elas feita dos legados testamentários deixados pelo pai, vistos, por sua vez, como usurpação dos direitos régios por parte do irmão, este conflito envolveu igualmente a corte leonesa, para onde se tinham dirigido alguns partidários das infantas, tendo deixado o país à beira da guerra civil pelos anos de 1212-1213⁽⁴⁰⁾. Longe da pacificação na altura em que D. Afonso II mandava redigir o seu testamento, a situação do reino

⁽³⁸⁾ José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, 2º vol., Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 113.

⁽³⁹⁾ *Idem, ibidem*.

⁽⁴⁰⁾ Maria Teresa Nobre Veloso, "A questão entre Afonso II e suas irmãs sobre a detenção dos direitos senhoriais", *Revista Portuguesa de História*, t. 18, 1980, pp. 197-229; José Mattoso (dir.), *ob. cit.*, pp. 106-115; Joel Serrão e A. H.

conhecera, no entanto, algum apaziguamento — resultante quer da alteração do relacionamento dos reinos peninsulares após a vitória de Navas de Tolosa, quer de uma atitude mais benevolente do papado para com o rei português, confirmada pelo levantamento do interdito sobre o reino —, tendo-se acentuado a tentativa de resolução do conflito por via diplomática.

No início do desencadeamento destes acontecimentos político-militares que se fizeram sentir sobretudo no centro do país, mais a norte, perto de Braga, redigia-se o segundo documento em galego-português acima evocado, a *Notícia de Torto*. Trata-se de um relato circunstanciado dos danos, roubos e outras violências perpetrados sobre os bens e homens de Lourenço Fernandes da Cunha pelos filhos de Gonçalo Ramires, familiares de Lourenço Fernandes. Saídos da corte régia, entramos, por intermédio desta narrativa, no Portugal senhorial de Entre Douro e Minho, sendo confrontados com as situações de violência que imperavam por vezes no relacionamento de uma nobreza local que zelava com tanto maior agressividade pelo seu património quanto menor era a sua capacidade económica e projecção política. Situado, por Avelino de Jesus da Costa, no período balizado pelos anos de 1211 e de 1216⁽⁴¹⁾, mas adscrito recentemente ao segundo semestre de 1211 por Ariel de Castro⁽⁴²⁾, o relato de Lourenço Fernandes não nos esclarece cabalmente sobre as razões de um conflito que enquadra num plano meramente familiar⁽⁴³⁾. Sabemos, no entanto, através de um outro documento, a "Mentio de malefactoria", que o mesmo Lourenço Fernandes havia sido, pouco antes, alvo da ira de D. Sancho I, com a consequente destruição da torre que construía em S. Miguel da Cunha e o despovoamento de setenta dos seus casais⁽⁴⁴⁾.

de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 94-99.

⁽⁴¹⁾ Cf. A. de Jesus da Costa, *ob. cit.*, pp. 209-212.

⁽⁴²⁾ José Ariel Castro, "Contexto político e cultural da *Notitia de Torto* e da *Mentio de Malefactoria*", in *Actas do 4º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, Lisboa, Lidei, 1995, pp. 979-1002.

⁽⁴³⁾ Sobre esta personagem veja-se também José Mattoso, *Ricos-Homens, Infâncias e Cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa, Guimarães Editores, 1982, pp. 214-217.

⁽⁴⁴⁾ A. de Jesus da Costa, *ob. cit.*, pp. 197-202, com a publicação deste importante documento.

O testamento de D. Afonso II e a *Notícia de Torto* introduziram-nos finalmente no espaço linguístico galego-português, e, dentro dele, no território português. A análise das circunstâncias que rodearam a produção das duas composições que completam a nossa digressão pelos mais antigos textos em galego-português mantém-nos ainda no mesmo território, mas agora na região de Coimbra.

À volta de 1223. Neste ano, já com D. Sancho II no trono, concluíam-se o conflito que atravessara todo o reinado anterior e opusera D. Afonso II a suas irmãs Teresa, Sancha e Mafalda. O tratado que congregava as partes envolvidas firmava-se a 23 de Junho em Montemor-o-Velho, burgo doado no testamento de D. Sancho I a D. Teresa, e onde tinham ocorrido algumas das escaramuças que perturbaram os primeiros anos da governação de D. Afonso II. Foi neste ambiente de concórdia que terão sido produzidos dois cantares de amor, um do bastardo régio D. Gil Sanches e o outro do infanção Rui Gomes de Briteiros, composições trovadorescas que se configuram, de momento, como as mais antigas de quantas foram produzidas em território português⁽⁴⁵⁾.

Recorrendo a marcadores toponímicos da acção — processo presente também nas composições de Paiva e de Eixo e que rapidamente seria abandonado em âmbito trovadoresco —, ambos os cantares reenviavam para lugares fortificados do Baixo Mondego, Montemor e Santa Ovaia, associando-se indelevelmente à região que constituía o palco privilegiado dos acontecimentos militares e políticos ligados ao confronto entre D. Afonso II e suas irmãs. Mas assinalam, igualmente, o início do afastamento desse palco, como que marcando o termo das hostilidades. Em *Tu que ora vees de Montemaior*, de D. Gil Sanches, é o autor que interpela alguém acabado de chegar de Montemor, enquanto em *Pois non ei de dona Elvira*, de Rui Gomes, é o próprio autor que anuncia o seu afastamento de Santa Ovaia, em direcção ao Porto, e a sua intenção de morar junto ao Douro⁽⁴⁶⁾.

(45) Para uma análise mais detalhada do contexto de produção de ambos os cantares veja-se A. Resende de Oliveira, "Arqueologia do mecenato...".

(46) A totalidade da produção trovadoresca galego-portuguesa encontra-se agora reunida, com base nas eds. consideradas mais fiáveis, em Mercedes Brea (dir.), *Lírica Profana...*, cit. Lembramos que no caso de *Pois non ei de dona*

O enquadramento cultural de ambas as composições é facilitado pelo conhecimento das relações que D. Gil Sanches e Rui Gomes mantiveram com a linhagem dos Sousas, uma linhagem associada já aos meios trovadorescos peninsulares por intermédio de D. Garcia Mendes de Eixo. Relação de parentesco, no caso de D. Gil Sanches, em virtude da sua ligação a Maria Garcia de Sousa, filha de D. Garcia Mendes; ligação vassálica, no caso de Rui Gomes de Briteiros. Por outras palavras, estes dois autores integravam-se no único círculo cortesão português que poderia, por volta de 1223, incentivar a produção trovadoresca em galego-português⁽⁴⁷⁾.

2. *Memória e testemunho de uma perda*

Em cerca de um quarto de século, correspondendo basicamente ao primeiro quartel do séc. XIII, conseguimos reunir, integrando neste cômputo a estrofe de Raimbaut de Vaqueiras, seis textos em galego-português, maioritariamente de carácter poético, mas marcados por alguma heterogeneidade quanto à geografia da sua produção, bem como quanto ao seu conteúdo e forma. Deixando o tratamento da questão geográfica para o ponto seguinte, atentemos nas características por eles apresentadas e naquilo que reflectem em relação às preocupações dos respectivos autores.

Do ponto de vista formal, a maioria dos textos — quatro para sermos precisos — é representada por cantares, um de carácter satírico e três de temática amorosa. No primeiro, João Soares de Paiva verbera a conduta do rei de Navarra, que aproveitara a ausência do rei aragonês na Provença para efectuar algumas incursões militares na região de Tarragona⁽⁴⁸⁾, enquanto nos três restantes se assiste às primeiras investidas de autores portugueses, acompanhados por um provençal, no delinear da postura do trovador perante a dama. Na estrofe de Raimbaut e na composição de D. Gil Sanches afirma-se já o estado de infelicidade do compositor — marcado pelas palavras e

Elvira os novos editores mantiveram-se fiéis à anonimia com que a composição comparece no Cancioneiro da Ajuda.

⁽⁴⁷⁾ A. Resende de Oliveira, "Arqueologia do mecenato..!".

⁽⁴⁸⁾ Veja-se J. C. Ribeiro Miranda, "João Soares de Paiva e o rei de Navarra...", para uma releitura de alguns pontos obscuros da composição.

expressões "escarmentado", "lazerado", "cuidado", "trist' e coitado" —, que se opõe à postura mais agressiva detectada na composição de Rui Gomes, quando decide estabelecer-se nos limites da terra senhoriada pela linhagem de Elvira Anes da Maia, a dona evocada na composição⁽⁴⁹⁾. E embora estes autores não se demorem nas razões de tal infelicidade, elas não deixam de estar presentes na "ira" de D. Elvira, mencionada por Rui Gomes, ou na referência, por D. Gil Sanches, ao "amo-a endôado", assinalando a não correspondência do seu pretense amor, isto é, o afastamento da dama das expectativas amorosas do compositor⁽⁵⁰⁾.

Dos dois textos em prosa considerados, a *Notícia de Torto* é um curto relato em que se misturam o processo das partilhas da herança de Gonçalo Ramires entre seus filhos e Lourenço Fernandes da Cunha — com as suas fases e a referência ao incumprimento, por parte dos filhos de Gonçalo Ramires, da cedência das propriedades atribuídas a Lourenço Fernandes — com os agravos e violências praticados por aqueles sobre os bens e homens deste: destruição de casais, maus tratos provocados a serviçais, assaltos e roubos de mantimentos e animais. Embora a sequência dos factos por vezes se perca no emaranhado de uma narrativa desorganizada e condensada⁽⁵¹⁾, proliferam no texto indicações numéricas e toponímicas relativas a casais e a outros bens e assuntos ligados à actividade de Lourenço Fernandes que denotam uma mentalidade habituada a práticas gestionárias pouco comum em âmbito nobiliárquico⁽⁵²⁾. Todos os acontecimentos narrados eram, enfim, pontuados pela jura de inocência de Lourenço Fernandes, para quem a falta de razoabilidade do comportamento dos filhos de Gonçalo Ramires poderia ser avaliada pelas constantes ajudas que lhes tinham sido por ele prestadas⁽⁵³⁾.

⁽⁴⁹⁾A análise e interpretação desta composição foi recentemente efectuada por J. C. Ribeiro Miranda, *Os Trovadores e a Região do Porto. Em torno do rapto de Elvira Anes da Maia*, Porto, Ed. do autor, 1996, pp. 3-11.

⁽⁵⁰⁾J Cf., para a ed. das composições galego-portuguesas citadas, Mercedes Brea (dir.), *Lírica Profana...*, I, pp. 357 (57,1), 549-550 (80,1); II, pp. 988-989 (157, 43bis). Para a estrofe galego-portuguesa de Raimbaut, vejam-se as eds. citadas na nt. 30.

⁽⁵¹⁾ Cf. A. de Jesus da Costa, *ob. cit.*, p. 207.

⁽⁵²⁾ José Mattoso, *Ricos-Homens...*, pp. 225-226.

⁽⁵³⁾ Cf. A. de Jesus da Costa, *ob. cit.*, pp. 215-216 (linhas 27-40) e Susana

O segundo texto em prosa é, como vimos, de índole diferente. Proveniente da corte régia portuguesa, trata-se de uma primeira manda testamentária de D. Afonso II. Nela o rei hierarquiza as diferentes hipóteses de sucessão e o modo de distribuição dos seus bens móveis, dando instruções aos arcebispos de Braga e de Santiago, e aos bispos do Porto, de Lisboa, de Coimbra, de Viseu e de Évora para estabelecerem a divisão de bens e encaminharem os legados de acordo com a sua vontade. Para garantir um mais eficaz cumprimento desta, conclui-se o texto com a ordenação régia no sentido de serem feitos treze exemplares do testamento, a enviar aos arcebispos de Braga, de Santiago e de Toledo, aos bispos do Porto, de Lisboa, de Coimbra, de Évora e de Viseu, ao mestre do Templo, aos priores do Hospital e de Santa Cruz e ao abade de Alcobaça, reservando-se um deles para o arquivo régio⁽⁵⁴⁾.

Sem uma ligação directa com a emergência da escrita em galego-português, não podemos deixar de mencionar, neste momento, o cantar de Garcia Mendes de Eixo. Composto em língua occitânica, e sujeito, em virtude disso, a maiores deturpações por parte dos sucessivos copistas que o transcreveram nos cancioneiros galego-portugueses produzidos até ao séc. XVI⁽⁵⁵⁾, tem sido visto como uma espécie de canto de exílio, em que o magnate português procura "recuperar" literariamente a terra natal da qual se ausentara — através da recordação da sua paisagem — e à qual pretendia regressar em breve. Não sendo, deste modo, um texto a aproveitar directamente no enquadramento da génese do galego-português, ele reenvia-nos para um plano de abordagem do problema mais profundo, onde se joga a necessidade que os meios laicos sentiram da utilização da escrita, independentemente da língua por eles manejava. E permite-

Maria de F. T. Pedro, *ob. cit.*, pp. 73-74 e 51-54 (para a integração da linha 35 no texto).

⁽⁵⁴⁾ A. de Jesus da Costa, *ob. cit.*, pp. 228-235, para a ed. dos dois exemplares conhecidos do testamento.

⁽⁵⁵⁾ Sobre as dificuldades da sua restituição comparem-se as lições propostas por: Elza Paxeco Machado e José Pedro Machado, *Cancioneiro da Biblioteca Nacional, antigo Colocci-Brancuti*, vol. II, Lisboa, 1950, p. 293 (n.º 396), e Jean-Marie D'Heur, *Troubadours d'Oc et Troubadours Galiciens-Portugais*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1973, pp. 93-104.

nos conhecer igualmente as influências culturais externas que propiciaram o aparecimento de uma literatura em galego-português com cerca de meio século de avanço em relação à utilização não literária da mesma língua.

Apesar da heterogeneidade há pouco sugerida, e comprovada pela análise sucinta do respectivo conteúdo, na quase totalidade deste conjunto de textos revela-se, no entanto, a um outro nível de análise, um comum sentimento de perda, cuja importância na afirmação da escrita galego-portuguesa não pode deixar de ser equacionada.

A perda do território ou de bens, em primeiro lugar.

Enquanto elemento desencadeador do acto da escrita, está associada, desde logo, ao texto que se configura como o mais antigo de quantos foram redigidos em galego-português. Na verdade, o cantar de João Soares é antecedido nos cancioneiros quinhentistas por uma rubrica que nos esclarece que foi composto na sequência do Paiva ter sido espoliado pelo rei de Navarra, sendo indiferente, para o objectivo que prosseguimos, a adopção de qualquer das leituras propostas para a parte menos clara da rubrica⁽⁵⁶⁾. A mesma consciência de perda origina, como vimos, a queixa de Lourenço Fernandes da Cunha. Aqui, a privação de bens decorrente do não cumprimento da vontade de Gonçalo Ramires na distribuição da sua herança, foi complementada pelas violências praticadas pelos filhos deste sobre as propriedades e dependentes de Lourenço Fernandes, danos que ele se preocupou em elencar com alguma exaustividade na *Noticia de Torto*. É ainda um idêntico sentimento de perda que está presente no texto acima mencionado de D. Garcia Mendes. Motivado agora por um afastamento físico do autor do território onde nascera, o cantar

⁽⁵⁶⁾ Transcrevemos as leituras de C. Michaëlis e de Rodrigues Lapa, respectivamente, que nos dão conta das dificuldades de interpretação da parte da rubrica que se refere aos agravos de que foi alvo o autor: "Esta cantiga e de mal dizer e fezea johã soarez de panha al rey don sancho de navarra por que lhe troub ost'en ssa terra e no lhi deu el rey ende dereyto"; "Esta cantiga é de maldizer e feze-a Joan Soárez de Pávia al Rei Don Sancho de Navarra, por que lhi roubar veo sa terra e non lhi deu el-Rei ende direito". Cf. C. Michaëlis de Vasconcelos, *ob. cit.*, p. 565; Manuel Rodrigues Lapa, *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos cancioneiros medievais galego-portngueses*, Lisboa, Edições João Sá da Costa, 1995, p. 164.

como que procura transcender a sua ausência do mesmo substituindo-a pela inscrição escrita da lembrança das suas águas, folhas e odores.

Perda da mulher, em segundo lugar.

Esta segunda componente subjacente à produção dos primeiros textos galego-portugueses aparece indissoluvelmente ligada ao meio trovadoresco e ao conjunto de cantares de amor dele provenientes. Embora nas três composições em análise, as de Vaqueiras, de D. Gil Sanches e de Rui Gomes, os contornos do afastamento da mulher não sejam claramente definidos, eles estão de qualquer modo subentendidos nas indicações esparsas relativas ao retrato feminino — "Pois non ei de Dona Elvira / seu amor e ei sa ira", dirá Rui Gomes — e, principalmente na atitude e comportamento dos restantes autores⁽⁵⁷⁾, ou seja, na sua postura de prostração e sofrimento, reveladora das consequências literárias da nova ordenação do relacionamento entre os sexos verificada em âmbito nobiliárquico⁽⁵⁸⁾.

Se a separação das questões relacionadas com o território e com a mulher, enquanto alicerces da emergência da escrita em galego-português, nos foi imposta pela leitura dos textos em estudo, convirá, no entanto, referir que a disjunção agora proposta — perda do território e perda da mulher — é mais aparente do que real. Na realidade, a mulher, enquanto propiciadora, por intermédio do casamento, do engrandecimento patrimonial das linhagens, poderá ser tomada igualmente como metáfora do território, isto é, como metáfora das maiores dificuldades de alguns estratos da nobreza em conseguirem alcançar, através da aliança matrimonial, um estatuto senhorial mais elevado. Revelam-se aqui, em última análise, perspectivas de abordagem diferente para um mesmo problema, que se ligam, como procuraremos mostrar no ponto seguinte, aos diferentes estratos nobiliárquicos que confluíram na produção dos primeiros textos em galego-português.

O testamento de D. Afonso II redigido em 1214 é o único texto que transcende este enquadramento explicativo; e para a sua justificação, atendendo à distância temporal que o separa do segundo documento em galego-português saído da corte régia, não se têm encontrado razões suficientemente plausíveis. É certo que, enquanto

(57) Sobre a atitude mais agressiva de Rui Gomes, J. C. Ribeiro Miranda, *Os Trovadores e a Região do Porto...*, pp. 3-11.

(58) Retomaremos esta questão no ponto seguinte.

testamento, terá sido mandado redigir na expectativa da perda do maior dos bens, isto é, da própria vida. Mas a força deste argumento no contexto do inquérito em curso é contraditada pela história da testamentária régia portuguesa⁽⁵⁹⁾.

Procurando circunscrever a especificidade deste texto no contexto da produção documental régia do período, podemos salientar dois vectores de abordagem do problema.

O primeiro, exterior ao testamento propriamente dito, remete para o enquadramento político da sua redacção. Como assinalámos já, a reflexão do rei português sobre a disposição dos seus bens e poder ocorria numa altura em que estes eram ameaçados pelas infantas suas irmãs — apoiadas por uma facção nobiliárquica na qual pontificavam os Sousas e, num primeiro momento, pela própria Igreja. Por esta via, o galego-português do testamento régio não poderia deixar de se ver relacionado com o sentimento de perda territorial com o qual pretendemos justificar a produção de alguns dos textos anteriores. Teremos, porém, de atender igualmente a um segundo vector de análise, este decorrente do próprio texto, mas que poderemos talvez considerar como um detalhe técnico. Referimo-nos à indicação final do testamento, de acordo com a qual o rei ordenara a feitura de treze cópias do mesmo, a serem distribuídas pela alta hierarquia eclesiástica antes mencionada, e que essas cópias tinham sido feitas em Coimbra no dia 27 de Junho. E poderemos interrogar-nos se não terão sido razões bem mais circunstanciais, eventualmente de carácter técnico-linguístico, relacionadas com esta ordem régia, as responsáveis pela "anomalia" da utilização do galego-português no documento em apreço⁽⁶⁰⁾.

Independentemente de uma pesquisa mais atenta ao contexto de produção deste testamento que chegue a maiores certezas, se possível, quanto às condições que propiciaram nele o abandono do

⁽⁵⁹⁾ Os testamentos de D. Sancho II e de D. Afonso III continuarão a ser redigidos em latim.

⁽⁶⁰⁾ Será de equacionar, neste contexto, se é meramente accidental a contemporaneidade do documento em apreço com um processo de laicização da escrita no qual se integravam não somente os trovadores, mas também os tabeliães, cuja presença na documentação se torna mais insistente precisamente a partir dos inícios do reinado de D. Afonso II. Cf. Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (dir.), *ob. cit.*, p. 632.

latim da chancelaria, não podemos deixar de reafirmar o seu carácter excepcional. Não só por se tratar do único texto em galego-português saído da corte régia, mas também, provavelmente em virtude dessa circunstância, por não se verificarem nele as razões invocadas para a produção de todos os anteriores.

Associados, pelo contrário, a ambientes senhoriais, os restantes textos obrigam-nos a procurar conhecer mais de perto esses ambientes, com o intuito de perscrutarmos o que poderia estar subjacente ao sentimento de perda neles detectado, bem como de inquirirmos sobre o papel atribuído à escrita na sua feitura.

3. *A escrita e o meio*

De acordo com a geografia de produção dos primeiros textos, podemos dizer que o galego-português nasce no exílio, bem longe do recanto ocidental da Península onde era utilizado no falar quotidiano. Emerge, com Paiva, talvez em Castela, junto da fronteira navarro-aragonesa, e assoma pouco depois, por breves instantes, no sul de França ou no norte de Itália, as regiões ligadas às trajectórias de Raimbaut de Vaqueiras. Somente alguns anos mais tarde vemos um autor galego-português a compor no ocidente peninsular; mas mesmo Eixo, sediado muito provavelmente na corte leonesa, situava-se ainda fora do espaço linguístico galego-português e optava, além disso, pelo occitânico. E apenas pela mesma altura, ou pouco antes, surgiam, já no território português, os dois primeiros textos em prosa, e, na sua sequência, os primeiros cantares trovadorescos compostos igualmente em Portugal.

A justificação desta geografia aparentemente anómala, independentemente do relevo já atribuído ao contacto dos protagonistas desta viragem cultural com os trovadores provençais, passa, naturalmente, pelo enquadramento da sua saída de Portugal.

Embora a situação política interna no período final do reinado de D. Afonso Henriques e no de seu filho D. Sancho I (1185-1211) não tenha ainda sido abordada com a atenção devida, é inegável, a partir dos elementos esparsos conhecidos, o aparecimento de fracturas junto da nobreza que rodeava D. Afonso Henriques a partir do momento em que este, na sequência dos infaustos acontecimentos de Badajoz, viu drasticamente diminuídas as suas capacidades de chefe militar. Nesse mesmo ano Pero Pais da Maia, o alferes régio, escolhia

o caminho do exílio, enquanto a incapacidade do rei era colmatada com a associação ao trono do primogénito D. Sancho. E pouco depois abandonava igualmente o território português o bastardo régio D. Fernando Afonso, meio-irmão de Pero Pais da Maia, que desempenharia um papel importante na Quarta Cruzada, enquanto grão-mestre da Ordem do Hospital, e que acabaria por morrer em 1207, em circunstâncias algo estranhas, após o seu regresso a Portugal⁽⁶¹⁾.

Esta tensão entre facções nobiliárquicas que rodeavam o rei manter-se-á, a partir de 1211, com D. Afonso II. Ela manifesta-se, como vimos, no conflito que opôs o rei a suas irmãs, em virtude do pretensão incumprimento dos legados que lhes haviam sido deixados por D. Sancho I. Nesta nova conjuntura destacam-se os Sousas, a linhagem que desempenhara os mais altos cargos junto de D. Sancho e que, apoiando as pretensões das infantas, se vira obrigada a demandar a corte leonesa de D. Afonso IX. E estas dissensões no interior da corte manter-se-iam ainda com D. Sancho II, após 1223⁽⁶²⁾.

Para uma compreensão mais global da maior agressividade detectada em alguns meios nobiliárquicos portugueses, convirá referir que estas movimentações da alta nobreza ocorriam numa altura em que se avolumavam os sinais de mutações mais profundas no tecido

(61) Sobre a saída de alguns nobres do território português na segunda metade do séc. XII e nas primeiras décadas do séc. XIII veja-se José Mattoso, "Cavaleiros andantes: a ficção e a realidade", in *A Nobreza Medieval Portuguesa. A família e o poder*, Lisboa, Estampa, 1981, pp. 358-360; *Idem*, "A nobreza medieval galaico-portuguesa. A identidade e a diferença", in *Portugal Medieval. Novas interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, p. 180 ss. Mais recentemente Ariel Castro procurou associar estes exílios às dissensões políticas verificadas na corte portuguesa a partir de 1169. Cf. J. Ariel Castro, "Afonso de Portugal, 11º Grão-Mestre..."; *Idem*, "Sancho e Teresa entre seus irmãos e na política de Afonso Henriques após o desastre de Badajoz", in *Actas do 2º Congresso Histórico de Guimarães*, vol. 2, Guimarães, 1997, pp. 289-317.

(62) Relembre-se apenas que Rui Gomes de Briteiros se encontrava em 1226 na corte leonesa de D. Afonso IX, onde acompanhava o bastardo régio D. Pedro Sanches que optara igualmente pelo exílio após a ascensão de D. Afonso II ao trono. Cf. A. Resende de Oliveira, *Depois do Espectáculo...*, p. 431. A figura de D. Pedro Sanches foi estudada por A. Brásio, "O infante D. Pedro, senhor de Majorca", *Anais*, 9,1959, pp. 165-240.

familiar nobiliárquico. Tratava-se, neste caso, de uma transformação das estruturas de parentesco no sentido de associar o primogénito ao núcleo mais importante dos bens familiares, de modo a ser preservado o património e poderes entretanto adquiridos. A afirmação das linhagens cumpria-se, assim, na tentativa de eliminar ou atenuar a concorrência que conduzia à fragmentação do território na altura das partilhas da herança paterna. Sem indicadores directos que nos dêem conta das transformações em curso, o revigoramento das ordens militares, o aparecimento dos mosteiros femininos, o reforço dos séquitos das linhagens da alta nobreza e a afirmação dos "cavaleiros andantes" pareciam cobrir, com maior ou menor eficácia, o leque das opções abertas aos segundogénitos e às mulheres na tentativa de manutenção do poder senhorial das respectivas famílias⁽⁶³⁾.

É neste quadro de mutação familiar e de dissensão política que pensamos poder ser contextualizada a produção dos primeiros textos em galego-português.

Os de Paiva e Vaqueiras foram recentemente vinculados à figura tutelar de D. Fernando Afonso com quem João Soares, bisneto de Soeiro Mendes da Maia, se terá ausentado de Portugal nos inícios da década de setenta[^]). Independentemente de este membro dos Paivas se apresentar nesta altura como freire da Ordem do Hospital ou somente ter aderido a esta Ordem mais tarde (eventualmente quando D. Fernando Afonso, de acordo com a identificação proposta por Ariel de Castro, assumiu o cargo de grão-mestre da mesma), é, de facto, a presença do bastardo régio junto dos meios nobiliárquicos ligados à organização da Quarta Cruzada, e o peso da Ordem Militar que representava, que poderá enquadrar não só o galego-português de Vaqueiras — vassalo, recorde-se, de Bonifácio de Monferrato, um dos chefes da cruzada em preparação —, mas também as influências do troveiro Conon de Béthune — de quem era protector Balduino da Flandres, outro dos chefes da cruzada — detectadas no cantar de

⁽⁶³⁾ O surgimento do sistema linhagístico foi abordado em vários estudos de José Mattoso. Atente-se, a título de exemplo, no enquadramento teórico proposto em "Problemas sobre a estrutura da família na Idade Média", in *Portugal Medieval...*, pp. 241-257, e na síntese acolhida em *Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, I, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, p. 205 ss.

⁽⁶⁴⁾ J. C. Ribeiro Miranda, "João Soares de Paiva: perfil histórico...".

Paiva. E será também de verificar se os factos narrados na *Notícia de Torto* não terão sido desencadeados na sequência de uma eventual ligação de Lourenço Fernandes da Cunha a uma facção nobiliárquica que pretenderia reivindicar o trono para D. Fernando Afonso⁽⁶⁵⁾, após a sua chegada a Portugal, num contexto em que se avolumavam conflitos de vária ordem no tecido social português⁽⁶⁾). Num contexto político idêntico deve ser integrado ainda o cantar de D. Garcia Mendes de Eixo, produzido, como vimos, após o abandono de Portugal por parte deste magnate, abandono que se reflecte na própria composição que nos deixou.

Ora, foi precisamente nos textos ligados a este conjunto de personagens, exceptuando naturalmente Raimbaut de Vaqueiras, que notámos a existência de um sentimento de perda patrimonial. Exilados ou vítimas de espoliações diversas, não admira que os textos por eles produzidos ou patrocinados, exibissem, directa ou indirectamente, esse sentimento, sendo legítimo admitir a sua importância no próprio acto da nova escrita que desencadeavam. E à condição de exilados de Paiva e de Eixo, e, indirectamente, de D. Fernando Afonso, será de imputar a exterioridade da geografia de algumas das primeiras experiências da escrita galego-portuguesa em relação ao espaço em que se desenvolvia a mesma língua.

A partir da *Notícia de Torto*, esta nova escrita passará a afirmar-se no seu território próprio. Mas, descontando o testamento régio de 1214, cuja elaboração poderá ter sido viabilizada por razões mais conjunturais, a afirmação literária do galego-português, pois é dela que se trata, terá respondido a outros anseios. Esses anseios são visíveis já nos cantares de D. Gil Sanches e de Rui Gomes de Briteiros. Erigindo a mulher como foco privilegiado da sua atenção, as composições de ambos os autores deslocam-nos das dissensões políticas para um primeiro eco literário das mutações que ocorriam contemporaneamente em âmbito familiar nobiliárquico. Aí, a afirmação da primogenitura passava pelo reequacionamento do lugar dos segundogénitos e da mulher no interior da linhagem. A ligação destes a ordens militares e a mosteiros femininos, respectivamente,

⁽⁶⁵⁾ Hipótese sugerida em José Ariel Castro, "Contexto político e cultural...", pp. 1001-1002.

⁽⁶⁶⁾ A agitação social e política que marcou os inícios do séc. XIII é sintetizada por José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, II, pp. 102-106.

fornecendo-lhes novos modelos de conduta e vivificando essas instituições, transformava-as como que em extensões da própria linhagem, que não podia suportar já os custos de uma divisão mais equitativa da herança patrimonial. Para os que permaneciam em meio laico, a restrição à aliança matrimonial orientava o seu olhar para uma mulher cada vez mais distante, anunciando o aparecimento de modelos de comportamento mais consentâneos com as suas necessidades e, ao mesmo tempo, dos círculos que frequentavam⁽⁶⁷⁾. Esses modelos, criados além-Pirenéus, tinham-se expandido já por algumas cortes régias e senhoriais peninsulares. Tratava-se, agora, de os adaptar à medida das exigências da nobreza galego-portuguesa.

As composições de D. Gil Sanches e de Rui Gomes desvendam-nos, precisamente, as primeiras tentativas de adaptação desses modelos em território português: a elevação literária da dona, vista como "senhor", perante a qual o compositor adoptava uma atitude de submissão, qual vassalo diante do seu senhor, mas onde a mulher parecia não querer cumprir as funções que lhe competiam, isto é, premiar o "amor" do poeta, mergulhando-o, assim, num estado de sofrimento constante⁽⁶⁸⁾. Assumido por uma nobreza secundária, este modelo de conduta perante a mulher, propondo uma maior contenção ao mundo masculino, interessava igualmente os círculos cortesãos que acolhiam esta nobreza desfavorecida. Não admira, portanto, que algumas linhagens da alta nobreza tenham participado no movimento, apoiando a actividade dos trovadores que frequentaram as respectivas cortes. Lembremos o mecenato dos Sousas, linhagem à qual se encontravam ligados os dois trovadores agora mencionados, e cuja corte, por intermédio de D. Garcia Mendes e do jogral Abril Peres, este último documentado junto da linhagem em 1221, se anunciava já como um importante centro cultural⁽⁶⁹⁾.

Em conclusão, respondendo, na sua globalidade, às

⁽⁶⁷⁾ Foi neste contexto que integrámos a implantação da canção trovadoresca galego-portuguesa. Cf. A. Resende de Oliveira, "A mulher e as origens da cultura trovadoresca no ocidente peninsular", in *A mulher na sociedade portuguesa* (Actas do Colóquio), vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras/Instituto de História Económica e Social, 1986, pp. 21-34.

⁽⁶⁸⁾ A. Resende de Oliveira e J. C. Ribeiro Miranda, "A segunda geração...", pp. 505-510.

⁽⁶⁹⁾ A. Resende de Oliveira, "Arqueologia do mecenato..."

necessidades de uma nobreza em conflito com a corte régia ou a braços com uma crise resultante da alteração das estruturas de parentesco, a génese da escrita galego-portuguesa deve ser reconduzida ao meio senhorial que a projectou. Nele, poderemos destacar o contributo de uma nobreza cortesã exilada, responsável, directa ou indirectamente, pelos primeiros textos — após o contacto com as novas correntes culturais que se tinham imposto em alguns círculos nobiliárquicos das regiões do sul de França, do norte de Itália e do oriente peninsular —, à qual se juntará, principalmente a partir do início dos anos vinte do séc. XIII, uma nobreza mais secundária, a quem caberá a implantação de uma literatura em galego-português no ocidente peninsular. Nas duas décadas seguintes, as únicas obras produzidas serão cantares trovadorescos, principalmente as composições que ficarão conhecidas como "cantigas de amor", e os seus autores surgirão vinculados a algumas das linhagens mais poderosas de ambas as margens da fronteira minhota, mantendo a ligação da escrita galego-portuguesa ao meio senhorial que accionara o seu uso⁽⁷⁰⁾.

Resta interrogarmo-nos sobre o papel atribuído à escrita na feitura dos textos em estudo.

Pela mesma altura em que eram produzidos os primeiros textos em galego-português, os de Paiva e Vaqueiras, os clérigos da chancelaria portuguesa reproduziam, nos preâmbulos de doações ou cartas de couto régias maioritariamente dirigidas a instituições eclesíásticas, algumas fórmulas onde pretendiam justificar a importância da escrita. O acento tónico, colocado inicialmente na necessidade de tomar presentes, de um modo mais consistente, as coisas passadas⁽⁷¹⁾, concretizara-se, a partir de 1195, no sentido de serem evitadas possíveis falsificações e outras controvérsias futuras aos actos legislativos de reis e príncipes⁽⁷²⁾ ou a deliberações de

(70) A. Resende de Oliveira, *Trobadores e Xograres...*, pp. 64-75.

(71) "Quoniam morum assiduitate et legis sanctione didicimus quod acta bonorum virorum scripto commendari debeant ut commendata ab hominum memoria non decidant et omnibus preterita presencialiter consistant" (Rui de Azevedo, A. de Jesus da Costa e Marcelino Rodrigues Pereira, *Documentos de D. Sancho í*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, does. 9 [1186] a 92 [1196], com maiores ou menores alterações na parte inicial do preâmbulo).

(72) "Quoniam ex consuetudine que pro lege suscipitur et legis auctoritate

carácter mais privado⁽⁷³⁾. Por outras palavras, a afirmação da lei impunha-se à falibilidade da memória oral e às suas eventuais alterações, exigindo a presença de um suporte que lhe desse maior estabilidade e fiabilidade. E clarificava-se quando, aparentemente pelo menos, se tomava mais visível a contestação a anteriores contratos.

Este enquadramento poderia ajudar a explicar o aparecimento dos dois primeiros textos em prosa, a *Notícia de Torto* e o testamento de D. Afonso II; em particular este último, que, mau grado a utilização do galego-português na passagem a escrito das últimas vontades do monarca, seguia a tradição escriturária da corte em documentos similares dos reis anteriores. Quanto à *Notícia*, a mesma contextualização seria válida caso se tratasse de uma minuta de um acto probatório a ser eventualmente apresentado em juízo⁽⁷⁴⁾. No entanto, como notou a sua última editora⁽⁷⁵⁾, este estatuto colide aparentemente com o facto de o documento não possuir subscrições, data e assinatura do redactor⁽⁷⁶⁾, o que equivaleria a atribuir-lhe uma funcionalidade de carácter mais privado, familiar talvez. Como quer que seja, enquanto documentos escritos, pretender-se-ia dar-lhes um alcance prático orientado não só para o presente, mas também para o futuro, cumprindo-se, assim, as funções de transmissão e preservação atribuídas ao acto escrito⁽⁷⁷⁾. Associados, por outro lado, de diferentes formas, a preocupações de carácter patrimonial, neles se revelaria também a importância atribuída a factores económicos na emergência de uma nova escrita⁽⁷⁸⁾.

didicimus quod acta regum et principum scripto commendari debeant ut omnis controversia in posteris sopiatur et mendatium" (*Idem, ibidem*, does. 82 [1195] a 180 [1209]).

⁽⁷³⁾ "Cum res geste commendantur litteris universe calumnie prevenitur materia ne successoribus altercationis occasio relinquantur et universa negocia litterarum noticie commendata ex earum memoria trahunt in posteros firmamentum" (*Idem, ibidem*, doc. 144 [1202]).

⁽⁷⁴⁾ José Ariel Castro, "Contexto político e cultural...", pp. 995-998.

⁽⁷⁵⁾ Susana Maria de F. T. Pedro, *De Notícia...*, pp. 59-61.

⁽⁷⁶⁾ No sentido de ser precisada a tipologia da *Notícia*, aguarde-se pelo estudo que a mesma autora promete relativo às notícias encontradas para o mesmo período.

⁽⁷⁷⁾ Paul Zumthor, *La lettre et la voix. De la "littérature" médiévale*, Paris, Ed. du Seuil, 1987, p. 121.

⁽⁷⁸⁾ Cf. Jack Goody, *La Logique de l'Écriture. Aux origines des sociétés*

A abordagem das primeiras composições requer, no entanto, a adopção de uma perspectiva de análise diferente. Não se trata, desde logo, de textos que, como os anteriores, tenham sido preservados na chancelaria régia ou num qualquer mosteiro. Na realidade, não foram preservados de todo na forma que terão tido inicialmente, o que indicia a função subsidiária da escrita na transmissão que deles terá sido feita durante o período de vivência dos respectivos autores. Produzidos na expectativa da sua reprodução oral, através do apoio do canto e da música em contexto ritualizado, a função da escrita parecia cumprir-se no acto da sua árdua redacção — onde não faltaria, pelo menos no que dizia respeito à notação musical, a ajuda de clérigos ou monges —, ou na feitura de cópias para uso de jograis ou para oferta a outros trovadores e, eventualmente, a damas. Ainda longe das preocupações de preservação deste legado cultural, que se afirmariam somente na segunda metade do séc. XIII, estes manuscritos jogralescos possibilitavam o conhecimento e divulgação dos textos em circuito fechado, isto é, em âmbito trovadoresco; contudo, sem a importância testemunhal dos escritos latinos guardados nos arquivos eclesásticos e régio, estavam condenados a um mais rápido desaparecimento.

Mais orientados, portanto, para o presente do que para o futuro, esta situação não deve escamotear o papel destes textos na afirmação do galego-português. Alcançando significativa maioria no conjunto dos primeiros textos redigidos na nova língua, tal facto parece significar que essa afirmação foi, antes de mais, uma afirmação de carácter literário, o que contradiz o peso que tem sido atribuído à política, à religião e à economia na génese da escrita⁽⁷⁹⁾. Dirigidos, por outro lado, maioritariamente à mulher, estes cantares apontam

humaines, Paris, Armand Colin, 1986, p. 58, em ligação com o aparecimento da escrita no mundo antigo. Note-se que os autores que se têm dedicado, como J. Goody ou Walter Ong, ao estudo da emergência da escrita em sociedades orais, se têm preocupado mais com as incidências da escrita na organização dessas sociedades do que com as razões da génese da própria escrita. No âmbito da sociedade medieval, não tivemos acesso às obras de F. Bäuml, M. T. Clanchy e B. Stock, que poderiam ter sido eventualmente aproveitadas neste contexto.

⁽⁷⁹⁾ Cf. Jack Goody, *Domesticação do Pensamento Selvagem*, trad. port., Lisboa, Presença, 1988, p. 21.

igualmente para a importância a atribuir ao parentesco — ou se se quiser, à tentativa de "resolução", por via literária, de problemas familiares — na nobilitação da nova língua no ocidente peninsular⁽⁸⁰⁾.

Sinal de uma perda, a escrita, enquanto elemento fundador do espectáculo trovadoresco, participava igualmente na encenação dessa perda e na sua sublimação por via literária. Daí o seu poder. Daí a opção nobiliárquica.

⁽⁸⁰⁾ Howard Bloch registou já a coincidência entre o aparecimento das linhagens e aquilo a que chamou de "apropriação das formas literárias vernaculares", inserindo-a numa alteração mais global das práticas de produção simbólica da nobreza. Cf. R. Howard Bloch, *Étymologie et Généalogie. Une anthropologie littéraire du Moyen Age français*, tradução francesa, Paris, Éditions du Seuil, 1989, pp. 103-104.